ATA DA 20ª (VIGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS 2015

Aos 07(sete) dias do mês de abril de 2015, às 15h00min (quinze) horas, reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara Municipal de Anápolis-Goiás, sob a Presidência do vereador Lisieux José Borges, secretariado por: Wederson Cristiano da Silva Lopes, Jakson Charles de Oliveira Diniz Serbeto, Amilton Batista de Faria, Filho, Mirian Garcia Sampaio Pimenta e Gleimo Martins. Compareceram ainda: Alfredo Paes Landim Filho, Carlos Alberto Rodrigues, Dinamélia Ribeiro, Eber Batista Mamede, Eli Rosa da Silva, Jean Carlos Ribeiro, Jesus Fernandes Abrenhosa, João Pereira de Souza, Maria Geli Sanches, Miguel Elias Hanna, Mauro José Severiano, Paulo Roberto de Castro Lima. Pedro Antônio Mariano de Oliveira, Pedro Carneiro da Ponte, Vespasiano dos Reis Gomes e Wilmar José Silvestre. Faltou: Valdair de Jesus Costa. À hora regimental o senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao senhor Secretário que fizesse a chamada dos vereadores presentes e a leitura da Síntese da ata anterior. A Ata completa foi colocada à disposição dos senhores vereadores. PEQUENO EXPEDIENTE: - Leitura da Síntese da Ata Anterior: - LEITURA DE CORRESPONDÊNCIAS E LEITURA DE PROJETOS: (ás comissões). 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO – Mesa Diretora: Dá nova redação a Resolução de nº 001/2010 ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis. 2) VEREADOR JERRY CABELEIREIRO - Assunto: Institui no Município de Anápolis o Dia da Leitura a ser comemorado no último dia útil do mês de outubro, e dá outras providências.3) MESA DIRETORA: Assunto: Dispõe sobre a concessão de outorga de Titulo de Cidadão Anapolino ao Coronel Aviador Rodrigo Fernandes Santos, e determina outras providências. Usaram a palavra os vereadores: MAURO SEVERIANO- cumprimentou os presentes e parabenizou o presidente da Mesa pelo seu trabalho desenvolvido, e manifestou seu medo de que esse cargo fosse exercido por alguém que não fosse capaz de fazê-lo. Manifestou-lhe seu apoio e que ele é uma pessoa digna de sua confiança, equilibrada e que não quer ser empecilho na sua Gestão. Apresentou também alguns carnês de IPTU em seu nome e reclamou de distorção nos valores. Mostrou a cobrança do ITU de um lote de sua propriedade de quinhentos metros quadrados, cujo valor era de setenta e um reais, e outro lote na mesma Avenida Angélica, com duzentos metros quadrado, cujo valor cobrado é de duzentos e oitenta e nove reais. Pediu a realização de uma avaliação na Planta de Valores para o próximo ano, e que esses valores com distorção dentro de uma mesma região fossem corrigidos. Explicou ainda que não apresentou nenhuma reclamação porque, caso faça isso, não irão reduzir o valor do ITU mais alto, mas vão aumentar o mais barato. Explicou ainda como essa distorção afeta grande parte da população e devolveu a palavra. GLEIMO MARTINS-Depois de cumprimentar a todos os presentes e parabenizar os repórteres pelo seu Dia. Fez coro as palavras do vereador Mauro sobre o IPTU. Em outro assunto o vereador comemorou o avanço nas obras do Complexo Esportivo do Bairro Antônio

Fernandes. Disse que o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Cesar Donizete Pereira, firmou o compromisso de que a obra será inaugurada no aniversário de Anápolis, dia 31 de julho." A obra está andando agora, as mediações foram feitas e os pagamentos liberados. Esse complexo esportivo será muito bem visitado", salientou Gleimo Martins, que é da região e usou a Tribuna por diversas vezes nos últimos meses cobrando celeridade nos trabalhos executados pela empreiteira contratada via licitação pública. ALFREDO LANDIM – Depois de cumprimentar a todos, fez também comentário sobre o IPTU.O vereador relatou que esteve com o Secretário Municipal Leonardo Viana (Obras, Serviços Urbanos e Habitação), vistoriando obras na região sudoeste da cidade, e que ouviu do Gestor Público que dará andamento aos projetos parados. Landim também falou que participou de comitiva de vereadores que visitou o canteiro de obras do novo Presídio de Anápolis, e pôde constatar que os trabalhos estão parados. "Inclusive tem material perdendo, como sacos de cimento", frisou o vereador. Landim foi incisivo: "com certeza a obra não vai terminar em 2015". Alfredo Landim também falou da visita feita à obra do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case), que está com 40% do projeto concluído e com os trabalhadores cumprindo aviso prévio, devido a atrasos de repasses de recursos financeiros do governo estadual. "Com certeza tudo vai parar", discursou. O vereador pediu aos anapolinos que compõem o Governo de Goiás que intercedam junto ao Governador Marconi Perillo para a retomada dessas obras. "Falei aqui em fevereiro de uma nota do Jayme Rincon (Presidente da Agetop), que afirmava que o atual governo tem R$ 700 milhões em obras, que não começaria novos projetos antes de concluir tudo. É preciso que se façam gestões junto a ele para a retomada dos trabalhos". JAKSON CHARLES Cumprimentou a Mesa e os demais pares; parabenizou os profissionais da Imprensa pelo seu dia e comentou sobre a PEC dos Jornalistas. Pediu que se parasse de condenar a governos determinados por causa de obras paradas, pois é necessário verificar os motivos da paralisação; classificou como medíocre e mesquinha a atitude de apenas procurar culpados. Lembrou que a maioria das obras paradas são de responsabilidade do Governo Federal, e a culpa é da Presidenta da República, que está acabando com o País. Explicou que a maioria dos repasses estão atrasados por causa da demora da aprovação do Orçamento da União. Explicou que o Prefeito e o Governador não podem ser culpados por falta de gestão do Governo Federal. Pediu o apoio da Mesa Diretora e de todos os vereadores para a questão do IPTU, e explicou que a maioria dos contribuintes ainda não recebeu seu carnê e seria necessário um pedido verbal ou por requerimento ao Prefeito pedindo um projeto emergencial para rever o vencimento pela demora de entrega dos carnês, causada por vários fatores, inclusive pelo endereçamento postal e lembrou a sua luta para resolver esse problema. Lembrou a necessidade de realizar um recadastramento de endereços e lembrou que pedir ao contribuinte ir buscar seu carnê na Prefeitura não é uma atitude pragmática. Encerrou falando que

é necessária pelo menos dez dias de prorrogação para o pagamento à vista, e isso trará ganho para a Prefeitura e para a população. GRANDE EXPEDIENTE: O Sindicato Rural de Anápolis foi homenageado na Sessão Ordinária dessa terça-feira , por meio de uma propositura da vereadora Mirian Garcia .Os Diretores (a) Nercy Ribeiro da Guia, José Milton J. Pereira, Emival Silveira Duarte, Joar José Ribeiro, José Victor Caixeta Ramos e Pedro Olímpio Neto, da entidade receberam Certificado de Honra ao Mérito do Poder Legislativo pelos serviços prestados à população anapolina, sobretudo à zona rural. Mirian agradeceu a presença de cada Membro do Sindicato Rural e elogiou a parceria que a entidade mantém com o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), responsável por ministrar diversos cursos para o homem do campo. Falou que sabem que a área rural vive um processo de sucateamento nesse País, portanto iniciativas positivas para fomentar o desenvolvimento do setor são sempre bem vindas e dignas de elogio.Fez uso da palavra também José Caixeta – Vice Presidente do Sindicato Rural de Anápolis. Ele frisou essa preocupação da entidade com toda a sociedade anapolina, e não apenas com aqueles que são do campo. Comentou que a Câmara Municipal sempre está ao seus lado em tudo que almejam de positivo para a coletividade. O Vice Presidente deu várias explicações sobre o Sindicato que ficaram gravadas nos áudios vídeos da Casa. SARGENTO PEREIRA Cumprimentou os presentes e parabenizou os jornalistas presentes pelo seu dia; também ao Sindicato Rural e seus membros, em nome de Pedro Olímpio e José Caixeta, e a vereadora Miriam pela iniciativa. Falou sobre a notícia do falecimento do Sargento Juscelino da Base Aérea de Anápolis em um acidente de trânsito devido à ingestão de bebida alcoólica, e pediu aos motoristas da cidade que tivessem zelo ao dirigir, pois todos estão perdendo pessoas queridas. Explicou que se ausentou no dia anterior porque participou do enterro e não esteve presente e havia feito uma emenda para um Projeto de Lei que entraria em votação. Falou que recebeu na semana anterior os representantes dos Sindicatos SindiAnápolis e o SindSaúde, falando que esse projeto estava sendo prejudicado, pois ele só poderia ser encaminhado para a Câmara Municipal após passar pelo Conselho, e ele aumenta mais uma vaga para um representante do Sindicato dos Professores Municipais, e foi questionado pelos representantes dos Sindicatos que lhe procuraram a atitude do ISSA de encaminhar um Projeto de Lei sem antes passar pelo Conselho, e que lhe perguntaram o que poderia ser feito. Como o Projeto já tinha passado pela Comissão de Constituição e Justiça, não poderia ser feito nada. Esclareceu que, em momento algum, os Sindicatos ou ele próprio questionaram a legitimidade de se inserir o Sindicato dos Professores, mas apenas elogiam essa iniciativa; mas apenas abrir oportunidade para o Sindicato da Saúde, que representa todos os membros da área da Saúde na cidade. Explicou que ligou para o Roberto, Encarregado das Comissões, que lhe informara que a reunião seria na terça-feira ou na quarta-feira, como é o horário normal da Comissão de Saúde, mas foi surpreendido com o relatório

pronto. A sua intenção em fazer vista do projeto era apresentar essa emenda para colocar o Sindicato da Saúde juntamente para fazer parte do Conselho. Pediu que pudessem ser fortalecidos todos os Conselhos da cidade, e que a questão mais premente do Sindicato foi acerca desse fortalecimento, pois está previsto na Lei que qualquer questão de mudança no ISSA deveria passar pelo Conselho, e o Sindicato questionou porque o Executivo encaminhou o Projeto de Lei sem essa consulta. Pediu ao Presidente do ISSA e aos Secretários que colaborem e consultem os seus Conselhos respectivos e tomem decisões em conjunto. Também explicou o seu pedido de vista ao projeto, o que foi bastante criticado, e esclareceu que o artigo não especifica se o vereador precisa estar presente para pedir vista. Pediu ao presidente que fortalecesse o Poder Executivo e falou que foi um desrespeito à sua pessoa enquanto vereador, pois estava com a emenda pronta e é necessário mais zelo. O projeto chegara com antecedência na Casa, e a discussão promovida foi desnecessária e intensa para uma atitude tão simples. Falou ainda que, em uma Sessão Ordinária do ano anterior, havia um projeto que tratava da prestação de contas do ex-prefeito Antônio Roberto Gomide e falara com o Roberto que queria vista do projeto para analisa-lo melhor, mas quando o procurou novamente, ele lhe informou que o projeto já havia saído da pauta. No dia anterior, procurou novamente o Roberto porque precisaria acompanhar a família de seu amigo de grande estima, e o projeto foi colocado em pauta. Classificou isso como a adoção de dois pesos e duas medidas e pediu a adoção de pesos isonômicos nessas situações. Falou de um caso semelhante ocorrido anteriormente, com projeto da vereadora Dinamélia, do qual era relator, e pediu que a votação fosse adiada para o dia seguinte, e causou indignação da vereadora, pois não poderia se fazer presente no dia da votação. Manifestou sua tristeza com a situação, pois alguns pares colocaram-no como se estivesse contrário aos professores e pediu que, sempre que houver dúvidas em questões do Regimento Interno, fossem favorecidos os direitos dos vereadores. Pediu a lealdade, o companheirismo e o respeito entre os pares da Casa. Reclamou ainda que o projeto deveria ser votado na terça-feira e quarta-feira, e ele não fora sequer convocado para a reunião da Comissão de Saúde da qual é membro titular; pediu ao presidente que colocasse ordem nos procedimentos da Casa, e que está disponível em tempo integral. Encerrou falando que sua intenção seria contemplar os servidores da Saúde do Munícipio e devolveu a palavra – GELI SANCHES – cumprimentou os presentes e retomou o assunto da reforma do Regimento Interno e falou da necessidade dessa reforma. Explicou que o direito é subjetivo, e defendeu sua posição de que o vereador ausente não teria direito a pedido de vista, pois o título da Sessão Cinco é "Da vista em plenário", o que deduz que o vereador necessite estar presente no plenário, e esse é o costume da Casa. Falou que é defensora do projeto e ele precisava ser votado no dia anterior para não prejudicar a categoria dos professores, que ficariam "mais alguns anos" fora do Conselho. Falou que questionou o ISSA e

recebera a ata do dia dez de fevereiro, na qual o Conselho toma conhecimento do projeto de lei e da consulta do ISSA em relação à alteração do Conselho para a inclusão do Sindicato dos Professores por meio de requerimento feito pelo Sigma, e a ata mostra que o Conselho teve conhecimento. O ISSA não teria passado, em nenhum momento, por cima do Conselho, o qual deve ter as prerrogativas e ser respeitado e leu um trecho da ata citada, no qual manifesta o conhecimento do Conselho. Declarou que julga que o Sindicato da Saúde também poderia participar do Conselho, mas que não tem conhecimento de forma oficiosa desse desejo do Sindicato e que eles terão seu apoio caso decidam pleitear pela sua vaga. Falou sobre o zelo no que é falado e feito na Casa, e lembrou que tudo o que é falado é gravado nos Anais da Casa. Falou sobre seu partido e que não apenas se deve cobrar, mas também lembrar o que foi feito. Sobre o comentário feito no dia anterior de que "o PT não teria moral", e apresentou sua indignação e que falou que a moral de seu partido está não apenas no falar, mas também pelas obras realizadas na cidade e no Estado e citou um comentário do governador Marconi Perillo. Citou algumas das obras realizadas na cidade, como o asfalto em mais de cem bairros, a construção de CMEIS, a contratação de professores, a Unidade de Pronto Atendimento, o Instituto Federal de Goiás. Manifestou seu orgulho em falar que é do PT, que preside esse Partido na cidade e acredita que a presidente irá superar esse momento de críticas. Também elogiou a escolha de um professor para o cargo de Ministro da Educação. Lembrou que fazia um ano da a posse do prefeito João Gomes. ***WEDERSON LOPES*** *– Depois de cumprimentar a todos, o vereador comentou sobre as falas dos vereadores: Sargento Pereira, Jakson Charles e Mauro Severiano.Em outro assunto relatou sobre o COMAD . Informou que o Comad existe a partir de uma Lei Municipal de 2001, com prerrogativas importantes para o setor. Wederson citou algumas: "formular a política municipal antidrogas; rever procedimentos de administração nas áreas de prevenção, repressão, tratamento, recuperação e reinserção social; estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informação; e estimular pesquisas, visando o aperfeiçoamento das atividades".Esse último item foi classificado pelo vereador como "extremamente interessante", pois diz respeito, por exemplo, a realização de uma pesquisa ampla em Anápolis sobre consumo de drogas, o que permitiria traçar com mais segurança as ações no setor. Cabe também ao Comad promover a inclusão de ensinamentos nos cursos de formação de professores em todos os níveis, referentes a substâncias entorpecentes e drogas que causam dependência física e psíquica.Wederson Lopes lembrou que usou a tribuna da Câmara Municipal no mês passado para questionar se existia um órgão na administração que tratasse de políticas sobre drogas, e recebeu a informação de que na Secretaria de Desenvolvimento Social há somente o Centro Pop, que não é exatamente o que se busca em termos de abrangência de ações, como se apresenta o Comad. O vereador informou que representa o Legislativo no Comad, juntamente com a Professora Geli Sanches (PT), e que tem*

notado uma vontade do novo presidente do órgão,Odair Borges, de fazer o Conselho Municipal funcionar continuamente, algo que não aconteceu nos últimos tempos. Na última reunião do Comad, foi solicitada a audiência pública para convocar a sociedade a discutir o problema das drogas em Anápolis. "Essa legislatura tem lutado por isso, para que haja ações eficientes no combate às drogas. Essa é uma oportunidade", concluiu Wederson Lopes. Comunicou a realização de audiência pública no dia 30 de maio, com o propósito de discutir ações para fortalecimento do Comad (Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas).Wederson conclamou vereadores e a sociedade civil organizada, bem como os cidadãos anapolinos, a participarem desse encontro, que debaterá ações eficazes para a luta contra drogas. "Que comece um novo tempo no Comad, que o Conselho Municipal assuma as rédeas de formular uma política sobre drogas em Anápolis", frisou o vereador. ***ORDEM DO DIA –- EM SEGUNDA VOTAÇÃO****: Foram apreciados os seguintes Processos:: 1) Processo de nº 037/2015 = PREFEITO MUNICIPAL Assunto: Altera os artigos 90 e 99 da Lei Complementar nº 077, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências. (Constituição/Justiça, Saúde/Assistência Social favoráveis ao projeto) Aprovado por unanimidade de votos.2) Processo de nº 038/2014 = VEREADOR PEDRINHO PORTO RICO Assunto: Determina a reserva de vagas em apartamentos térreos nos conjuntos habitacionais populares para idosos e deficientes físicos beneficiados nos programas habitacionais, e dá outras providências. (Constituição/Justiça, Urbanismo, Finanças favoráveis ao projeto) Encontrava-se ausente no Plenário.3) Processo de nº 100/2014 = VEREADOR WEDERSON LOPES Assunto: Dispõe sobre a implantação de placas informativas mencionando que o local é monitorado por câmeras de segurança. (Constituição/Justiça, Urbanismo, Finanças favoráveis ao projeto)Aprovado por unanimidade. 4) Processo de nº 013/2015 VESPASIANO DOS REIS Assunto: Dispõe sobre a concessão de título de utilidade pública municipal à Associação Liga dos Amigos do Conjunto Filostro Machado – LACOFIMA, e dá outras providências. (Constituição/Justiça, Finanças favoráveis ao Projeto). Aprovado por unanimidade de votos. Houve votação de requerimentos. Aprovado por unanimidade de votos. E nada mais havendo a ser tratado o Presidente declarou encerrada a presente reunião, marcando-se outra para o dia 08 de abril em horário regimental. Para constar eu Mariza Carneiro de Medeiros, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora da Casa.*